

I - DO OBJETO

1.1. Trata-se da aquisição de material de limpeza e descartável para 2 (dois) meses a fim de atender às necessidades das Unidades Escolares, CMEIS e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

ITEM	UND	QUANTIDADE			DESCRIÇÃO
		CMEI	ESCOLAS	SEC. DE EDUCAÇÃO	
1.	UND	40	72	22	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS. Elimina 99,99% dos germes e bactérias, fungos e vírus, eficaz na higienização de verdura, frutas e legumes, combate a larva do mosquito aedes Egipty, bico direcionado para aplicação precisa. (Q.boa ou Superior)
2.	UND	15	-	-	AMACIANTE DE ROUPA TRADICIONAL 5 LITROS. (YPÊ OU SUPERIOR)
3.	UND	8	10	2	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE ACO DE 20 LITROS. Balde de plástico polipropileno multiuso com alça de ferro.
4.	PCT	-	-	30	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, POLIPROPILENO, 100X200ML. Macio.
5.	PCT	40	50	16	ESPONJA DE LÃ DE AÇO COM 8 UND. (BOMBRIL OU SUPERIOR).
6.	UND	260	360	40	ESPONJA P/ LIMPEZA, DUPLA FACE 3M, 110MMX75MMX20MM,

					AMARELA (ESPUMA) E VERDE (FIBRA).
7.	UND	30	60	20	FLANELA P/ LIMPEZA MEDINDO 38X58CM, 100% ALGODÃO.
8.	UND	30	45	20	PANO 100% ALGODÃO, TIPO SACO, 80X50, BRANCO. Grosso.
9.	PCT	288	408	144	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA, NEUTRO, BRANCO E MACIO 4X1. (PERSONAL OU SUPERIOR).
10.	PCT	32	40	6	SABÃO EM BARRA GLICERINADO 5X1 (YPÊ OU SUPERIOR). Glicerinado neutro.
11.	UND	130	60	-	SABÃO EM PÓ 1K. (YPÊ OU SUPERIOR). Lava Roupas Concentrado pó Ultrafino, sem deixar resíduos Bioenzimas para remoção das manchas mais difíceis.
12.	PCT	12	20	6	SACO DE LIXO REFORÇADO 200LT PCT C/ 100UND

II – JUSTIFICATIVA

2.1. O Fundo Municipal de Educação, no exercício de suas atribuições e com o compromisso de garantir a continuidade e a qualidade das atividades educacionais nas unidades escolares, CMEIs e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura dependem diretamente de condições adequadas de higiene para o funcionamento seguro e regular de suas atividades, em especial diante do fluxo contínuo de crianças, estudantes, educadores e demais servidores.

No entanto, constatou-se a escassez crítica de materiais essenciais à limpeza e desinfecção de ambientes. A ausência desses insumos compromete a salubridade dos espaços físicos, colocando em risco a saúde da comunidade escolar e podendo acarretar a paralisação de serviços essenciais.

Considerando a atual falta de materiais de limpeza essenciais para a manutenção da higiene e salubridade dos ambientes institucionais, é necessário a aquisição desses materiais para utilização desses espaços, até que seja realizado o processo licitatório por meio de pregão. Informamos que o saldo total do pregão nº 021/2023, celebrado com as empresas 3Marias Distribuição e Serviços LTDA, Papelaria Colegial EIRELI – ME, NS Distribuidora LTDA e Robledo Resende EIRELI, para o fornecimento



de material de limpeza, já foram integralmente utilizados e a vigência contratual terminou em fevereiro de 2024.

Dessa forma, não há saldo financeiro disponível para novos pedidos, sendo necessária a abertura de novo processo de aquisição, caso haja continuidade da demanda por materiais de limpeza. Visto que a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Unidades Escolares e CMEIs estão sem água sanitária deste de janeiro de 2025, com a finalidade de atenderem as necessidades emergenciais da Secretaria Municipal de Educação e suas repartições, a Secretaria Municipal de Saúde realizou, em caráter excepcional, o empréstimo de água sanitária os meses de janeiro e fevereiro de 2025, os meses de março e abril de 2025 a Secretaria Municipal de Educação e suas repartições estão sem água sanitária e no mês de abril de 2025 o Executivo atendeu as necessidades de papel higiênico e esponja dupla face.

III – DAS CONDIÇÕES FORNECIMENTO

3.1. A contratada deverá fornecer os itens no prazo máximo de até 5 (cinco) dias após o recebimento formal da Ordem de Compra a ser expedida pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

3.2. Havendo qualquer motivo que impossibilite o fornecimento, a empresa contratada deverá justificadamente informar a contratante no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, informando ainda os motivos que deram causa ao não fornecimento com as devidas comprovações;

3.3. O recebimento do serviço será de inteira responsabilidade do **Fundo Municipal Educação**.

3.3.1. Em caso de recusa do recebimento, o Fiscal deverá elaborar Relatório informando os motivos que levaram para o não recebimento dos serviços, sendo que nesse caso a contratada deverá ser notificada para que refaça os serviços, sem ônus para a Administração Pública;

IV – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do contratante.

4.2. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões negativas que:

4.2.1. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

4.2.2. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual;

4.2.3. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada;

4.2.4. Comprovante de regularidade Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.5. Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

4.3. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de Economia, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado.



V - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento e, ainda:

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Município de Nerópolis, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas o serviço com defeitos e/ou rejeitado, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas;

5.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na prestação de serviços;

VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços;

6.2. Efetuar os pagamentos por meio de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após a data da efetiva prestação do serviço, observando-se, antes do pagamento, a atestação da Nota Fiscal, e demais exigências da legislação vigente;

6.3. Devolver, com a devida justificativa, os objetos entregues fora das especificações;

6.4. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos;

VII - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, alterada pelo Decreto federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) "para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) em caso de outros serviços e compras.

VIII - DO PREÇO

8.1. O preço estimado para a referida prestação dos serviços não poderá ultrapassar os valores permitidos pelo Art. 75, inc. II, da Lei 14.133/21, alterada pelo Decreto Federal nº 12.343/2024;

8.2. O fornecimento deverá ser realizado junto a empresa do ramo, objeto desta contratação;




8.3. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguro, transportes, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na execução dos serviços.

IX- SANÇÕES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do fornecimento a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

- 9.1.1. Advertência;
- 9.1.2. Multa;
- 9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.2. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

9.4. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.5. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do caput do mesmo artigo.

9.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



X – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado através do Decreto ou Portaria ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do serviço, e de tudo dará ciência à Administração, com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

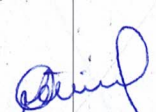
XI – DEMONSTRATIVO DE VALORES E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

11.1. A pesquisa de valores foi realizada junto a três empresas do ramo, a fim de verificar os valores praticados pelas mesmas, justifica-se a escolha dos fornecedores por ser empresas conhecidas, e por ter toda documentação exigida, na ocasião verificou a possibilidade de contratação via dispensa de licitação, considerando os termos do art.75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, visto que após a pesquisa de preços verificou que as empresas apresentam valores compatíveis com a dispensa.

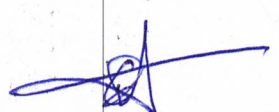
11.2. Considerando a necessidade de conter no Termo de Referência o critério de seleção do prestador, nos termos do art.6º, inc. XXIII, i, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como referência o Art.33, inc. I do mesmo diploma legal.

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS PARAÍSO LTDA CNPJ – 47.443.514/0001-85	SANDRA MARIA RIBEIRO GONÇALVES E CIA CNPJ – 01.761.787.0001-77	MERCAFRIOS MAUA LTDA CNPJ – 04.756.327/0001-49
VALOR	VALOR	VALOR
R\$ 19.011,44	R\$ 20.681,75	R\$ 23.468,26

Nerópolis, 16 de abril de 2025.


Kenia Soares de Faria
Servidora
Matrícula nº 739

De acordo:


Elaine Cristine Lima Milhomens de Araújo
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Decreto nº 213/2024